

IX ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI QUITO - EQUADOR

DIVERSIDADES ÉTNICAS E CULTURAIS E GÊNERO

JANAÍNA RIGO SANTIN

CLAUDIA STORINI

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSC – Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul)

Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais)

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

D618

Diversidades Étnicas e Culturais e Gênero [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UASB

Coordenadores: Claudia Storini; Janaína Rigo Santin. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-676-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Pesquisa empírica em Direito: o Novo Constitucionalismo Latino-americano e os desafios para a Teoria do Direito, a Teoria do Estado e o Ensino do Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. IX Encontro Internacional do CONPEDI (9 : 2018 : Quito/ EC, Brasil).

CDU: 34



IX ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI QUITO - EQUADOR

DIVERSIDADES ÉTNICAS E CULTURAIS E GÊNERO

Apresentação

Diversidades étnicas e culturais e gênero I

Nos eventos promovidos pelo CONPEDI, a análise interdisciplinar é fator desejável e que acrescenta um salto qualitativo nas pesquisas jurídicas. No Grupo de Trabalho “Diversidades Étnicas e Culturais e Gênero I”, procura-se fornecer um embasamento teórico e crítico relativo ao fenômeno jurídico enquanto instrumento racional de poder, o qual passa a dialogar com outras áreas do conhecimento como a psicologia, a psicanálise, a criminologia, a bioética, a história, a sociologia, os estudos de gênero, cultura, etnia e envelhecimento humano, bem como as ciências ambientais e de saúde coletiva.

Dessa forma, entende-se que a complexidade das relações sociais, familiares, culturais e jurídicas neste limiar do século XXI exige um novo olhar do fenômeno jurídico, interdisciplinar, que deve ser capaz de conviver com as diversidades sem jamais olvidar que o ser humano é o valor-fonte maior do Direito. Dele surge e para ele é destinado, como instrumento de pacificação social imprescindível para o reconhecimento da dignidade humana em toda a sua plenitude.

É justamente nesse contexto que se pôde visualizar a complexidade das relações humanas, as quais foram magistralmente defendidas e debatidas no Grupo de Trabalho “Diversidades Étnicas e Culturais e Gênero I”, no IX Encontro Internacional do CONPEDI, que ocorreu nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2018, na cidade de Quito, no Equador, em parceria com a Universidad Andina Simón Bolívar (UASB) e apoio do Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN) e Pontificia Universidad Católica do Equador (PUC-Ecuador). Nesta edição, tratou-se de Pesquisa empírica em Direito, com a temática: o Novo Constitucionalismo Latino-americano e os desafios para a Teoria do Direito, Teoria do Estado e o Ensino do Direito.

O Equador situa-se na linha geográfica que une dois hemisférios, por isso é referência mundial. Simbolicamente, no GT sobre “Diversidades Étnicas e Culturais e Gênero I”, buscou-se também fazer a união na diferença. Aproximar tudo o que nos diferencia, bem

como valorizar nossas diferenças e singularidades, as quais nos fazem reconhecer enquanto seres humanos, detentores de uma vida digna, independente de etnia, gênero, idade, classe social, credo, estado civil ou cultura.

As organizadoras e coordenadoras do Grupo de Trabalho “Diversidades étnicas e culturais e gênero I” parabenizam e agradecem aos autores dos trabalhos que formam esta obra, pela valiosa contribuição científica de cada um, o que por certo será uma leitura interessante e útil à comunidade acadêmica latino-americana. Reiteramos a satisfação em participar da apresentação desta obra e do CONPEDI internacional, que se constitui, atualmente, o mais importante fórum de discussão e socialização da pesquisa em Direito no Brasil e no exterior.

Janaína Rigo Santin - Universidade de Passo Fundo

e-mail: janainars@upf.br

Claudia Storini - Universidad Andina Simón Bolívar

e-mail: claudia.storini@uasb.edu.ec

ECOCIDADANIA E ECOFEMINISMO: DA NECESSIDADE DE REPENSAR AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, PODER E SUSTENTABILIDADE

ECOLOGICAL CITIZENSHIP AND ECOFEMINISM: THE NEED TO RETHINK THE RELATIONS BETWEEN GENDER, POWER AND SUSTAINABILITY

Josiane Petry Faria ¹

Renato Duro Dias ²

Resumo

No estudo o problema de pesquisa, de abordagem qualitativa, reside no questionamento: Na sociedade patriarcal, marcada pelo poder do mercado, a igualdade de gênero é fator determinante para a superação da crise socioambiental e formação de políticas públicas para a sustentabilidade? Por meio do método dedutivo se pode dizer que a fragilização dos laços sociais é estratégia de dominação, onde o hiperconsumo e a supervalorização do ter em detrimento do ser comandam o modelo de desenvolvimento. Estas intrincadas relações produzem emergências/resistências expressas a partir de outras leituras de mundo, como o são a Ecocidadania e o Ecofeminismo.

Palavras-chave: Ecocidadania, Ecofeminismo, Gênero, Poder, Sustentabilidade

Abstract/Resumen/Résumé

The research problem of this qualitative this: in patriarchal society, marked by market power, is gender equality a decisive factor in overcoming the socioenvironmental crisis and to the formation of public policies for sustainability? The deductive method, it can be said that the weakening of social ties is a strategy of domination, where hyperconsumption and overvaluation of having to the detriment of being command the development model. Social demands, appropriated by the market, sells consumption as a synonym of power, and along it, sustainability. These intricate relations produce emergencies/resistances expressed from other world readings such as Ecological Citizenship and Ecofeminism.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Ecofeminis, Ecological citizenship, Gender, Power, Sustainability

¹ Pós-doutoranda FURG; Professora do PPGD Mestrado, Coordenadora do projeto de pesquisa Dimensões do poder, gênero e diversidade; Coordenadora do Programa de Extensão Projur Mulher e Diversidade da UPF.

² Pró-Reitor Graduação FURG, vinculado como Professor da Faculdade de Direito e do PPGD (Mestrado em Direito e Justiça Social). Doutor em Educação período doutoramento sanduíche na Universidade de Lisboa, Portugal.

INTRODUÇÃO

A temática central do trabalho parte da ideia de que a igualdade de gênero é fator determinante para a sustentabilidade, partindo da complexidade da sociedade patriarcal e se propõe a estudar a relação existente entre a sustentabilidade, o poder e o gênero, apresentando a pesquisa sobre a naturalização da desigualdade de gênero como elemento fundamental para a manutenção do poder do mercado e o desprezo pelo ambiente. Assim, observa as dimensões do poder como fonte de problemas e oportunidades de modo que a sustentabilidade demanda políticas públicas transversais que revejam a condição de gênero como fator determinante para uma vida digna e sustentável.

Diante da crise socioambiental que se vive, a proposta reside em estudar, mediante método dedutivo de abordagem e pesquisa bibliográfica, as relações contemporâneas de poder - decorrentes da dominação do patriarcalismo, as quais levam a onipresença dos valores estruturantes do desenvolvimento econômico para todas as searas da vida, fragilizando os laços sociais entre as pessoas e entre as pessoas e o meio ambiente. Dirige-se para a possibilidade de se vivenciar as finalidades constitucionais, dentre elas participação sociopolítica, pois possui o condão de minimizar a instabilidade contida no Estado democrático de direito e de otimizar a prática de padrões mínimos e razoáveis de justiça social.

A partir desse contexto, tem-se como problema pesquisar se na sociedade patriarcal, marcada pelo poder do mercado, a igualdade de gênero é fator determinante para a superação da crise socioambiental e construção de políticas públicas para a sustentabilidade. Entende-se que este estudo pode potencializar emergências/resistências expressas pelo ecofeminismo e a ecocidadania.

PARADIGMA E DESENVOLVIMENTO: DA DOMINAÇÃO DO MERCADO

As transformações que a história vem registrando precisam ser analisadas a partir de seus princípios fundamentais, a fim de que se possa localizar suas linhas de força e de fraqueza. O que muda? As pessoas, o ambiente, ambos?

Para avançar no estudo é preciso ter em mente a necessária inter-relação entre gênero, poder, sustentabilidade e o modelo de desenvolvimento reinante, sendo este

todo o processo de transformação marcado pela agregação de elementos, ou seja, pelo incremento, significando melhoria ou não das condições de vida.

A história cultural, na maioria das vezes, recontada por meio de manuais na lógica patriarcalista, revela uma dimensão de linearidade e cumulação de riquezas e ganhos que nem sempre existiu. A linguagem comum, o ponto de partida de uma ciência chama Kuhn de paradigma, no sentido de pré-requisito à percepção, isto é, de centro de radiação de uma ciência. Esse núcleo essencial é o referencial de uma ciência e serve de ponto de partida para resolução de quebra-cabeças até o instante em que as anomalias são tantas e tão intensas que o paradigma não consegue suportar. Surgem as incomensurabilidades e a crise que coloca em risco a existência do paradigma. O processo de substituição dos paradigmas, por não ser cumulativo, detona mudanças intensas de conceitos, princípios e da própria percepção de mundo. (KUHN, 2006, p. 359)

A partir de então se percebe que a tendência de toda ciência extraordinária é transformar-se em normal e fundamentar a cultura, porém também cede ao poder proeminente do mercado, gerando definições e objetos na perspectiva da venda e do lucro. Esse conhecimento, vendido como ciência, serve de eficiente estratégia de condução e poder, eis que professa verdades e como tal afasta a discussão. Isso provoca alienação da comunidade em relação a problemas sociais.

Santos (2008, p. 37) ao refutar a dicotomia entre ciências naturais e sociais entende que o paradigma atende as duas modalidades hoje inter-relacionadas e interdependentes na compreensão do desenvolvimento. Isso aponta para a necessidade de se pensar nas políticas públicas como redes interconectadas e leva à ideia de que gênero e sustentabilidade, precisam desocupar o espaço de produtos do mercado e passar a condição de consciência cidadã.

Veja-se que quando mudam os paradigmas muda o mundo, pois o olhar é orientado em novas direções. O paradigma é pré-requisito para a percepção, então vê-se coisas diferentes ao olhar para o mesmo fenômeno. (KUHN, 1991, p. 145-146) Portanto, o desenvolvimento está relacionado inevitavelmente à noção de paradigma, quer seja aprimorando o detalhamento, atividade típica da ciência normal, quer seja pela ruptura paradigmática. Enfim, o avanço se dá em torno do paradigma. Esse ajustamento, ou melhor, assimilação implica na necessidade do poder dominante ver a natureza de modo distinto.

Em sociedade modificou-se a relação das pessoas com o ambiente, antes de respeito e conciliação, agora de elemento a ser utilizado em prol da breve e mutante satisfação humana orientada pelo patriarcalismo. Mudou o paradigma. O desenvolvimento, nessa nova postura, assume valor e a partir daí a iniciativa e a engenhosidade humana começaram a ser recompensadas com poder. As sociedades progressistas passaram a ser entendidas como superiores culturalmente. Esse era o conceito de desenvolvimento para o Ocidente, pelo menos, até a década de 40, o qual significava simplesmente ocidentalização. A promessa era de libertação do estado de barbárie pela incorporação do comportamento ocidental, denominado civilizado. A tradição como que naturalmente era substituída pela modernização. (CAIDEN; CARAVANTES, 1988, p. 22) Deu origem ao patrocínio das potências mundiais – seu protecionismo, seu paternalismo e seus valores patriarcais e hetero-normativos.

Em paralelo a sociedade continua seu caminho perseguindo o anúncio de desenvolvimento na velocidade da economia associada ao bem-estar, ora privilegiando um ora outro aspecto desse fenômeno. Dessa maneira, o desenvolvimento foi sendo ressignificado na trajetória humana, tornando-se complexo. A noção de desenvolvimento atingiu uma postura protagonista a partir do século XX, contudo sua existência é bem mais antiga. Seu conceito foi passando por várias nuances, no início vinculado ao poderio político-militar, depois ao poder político, ao poder econômico atingindo o status de crescimento econômico no século XX. (SEN, 2000, p. 17)

Nesse percurso, a pessoa e a sustentabilidade da vida, razões primeiras de toda ciência e do próprio desenvolvimento foram esquecidas. A expectativa de concomitância do crescimento econômico e do social como inafastável foi aniquilada, principalmente pelo fracasso das experiências neoliberais no final do século passado. Sabe-se da necessidade de ultrapassar as questões meramente econômicas para entendimento do desenvolvimento e do bem estar socioambiental. (SEN, 2011, p. 378)

O desenvolvimento se conserva íntegro somente com a coexistência de todas as suas faces. Atendendo a essa exigência Sen o visualiza como expansão das liberdades reais constituindo-se em instrumento e fim. No entanto, as liberdades dependem de outros fatores determinantes que podem se converter em fontes de privação de liberdade como a pobreza e a tirania, a pouca oferta de oportunidades econômicas, a destituição social, a desconsideração ao ambiente, a negligência de serviços públicos e a intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Ou seja, a sociedade nega liberdades. (SEN, 2000, p. 18)

A crise do paradigma do desenvolvimento econômico e da matriz patriarcalista pode contribuir com a sociedade, na medida em que não dispensa a participação sociopolítica. Aliás, enfatiza sua necessidade, tanto no sentido de ampliação do acesso aos produtos do desenvolvimento como nos estudos de viabilidade em face do incremento do risco. Abre-se espaço para o desenvolvimento consciente que valoriza o ambiente e as pessoas numa perspectiva de igualdade.

DA CONSTRUÇÃO DO GÊNERO E A POSIÇÃO IMPOSTA ÀS MULHERES PELO PATRIARCALISMO

O termo gênero é utilizado, na gramática contemporânea para distinguir e classificar fenômenos. Entretanto, essas definições são resultado de decisões decorrentes dos expoentes nas relações de poder determinadas pelo patriarcalismo e demonstram significados de ordem estrutural na formação das bases socioculturais.

É como “um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes”. (SCOTT, 1988, p. 72) Há tempos gênero passou a representar e determinar a distinção dos sexos masculino e feminino. Indica a diferenciação de aspecto biológico da separação dos sexos, mas transcendendo, significa a marca da separação e segregação social e política de tudo que feminino, interferindo diretamente nas relações sociais entre as pessoas e entre essas e as coisas.

A análise crítica acerca da aplicação do uso semântico da palavra gênero é de importância para que o estudo das mulheres não mais seja sinônimo de estudar o mundo dos homens. (PATEMAN, 1993) Em uma mirada superficial pode parecer significado, mas com um olhar atento, percebe-se que a análise crítica do emprego da palavra gênero passa a representar a possibilidade de desnaturalização da desigualdade e a quebra do paradigma patriarcalista.

É preciso realmente ver o gênero e, sobretudo a diferença entre os gêneros, pois a partir de então é possível estudar como se coloca nas relações sociais, ou o porquê da importância do estudo de gênero nos problemas sociais de um Estado, no direcionamento de políticas públicas, no tipo de abordagem que o estudo da história terá e em como a linha do tempo será dividida. O termo gênero é a forma de identificar e expressar “construções culturais [...] trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” (SCOTT, 1988, p. 75) Estudar as peculiares sociais passa a ser mais que sinônimo de estudar o mundo dos homens e seus referenciais.

A implicação de gênero cultural, social e político, é uma ideia vinculada a determinado período histórico. Entende-se que o significado de algo é a construção de um conceito baseado em signos, significantes e significados, baseado em interesses pensados histórica e culturalmente, determinados pelo poder dominante e, geralmente, objetivando conceder ou solidificar o poder.

Contextualizar a posição e o legado das mulheres na sociedade ocidental, na perspectiva do poder, é indispensável. O percurso das mulheres no século XVIII, foi um percurso de silêncio (PERROT, 2005) e invisibilidade: nas assembleias políticas; no espaço público onde sua intervenção é atribuída à histeria, falta de capacidade e alterações hormonais; e silêncio na vida privada e na família.

A presença e a fala feminina são novidades que aparecem no final do século XIX e eclodem no século XX. O trabalho árduo do movimento feminista em se fazer compreender como uma dinâmica de luta contra a figura da mulher política invisível e socialmente dominada e oprimida, avança no sentido da compreensão de que ser mulher¹ “é fruto de elaborações sociais historicamente construídas”. (PERROT, 2005, p. 10)

Inserindo-se no contexto em que os direitos humanos surgiram na modernidade, ou seja, considerando a necessidade de mudança frente aos problemas do poder, da dominação e da exclusão social. As identidades segmentadas na base do gênero convivem em uma mesma sociedade e são desafiadas a coexistir na tensão da diferença.

Observe-se que assim como nas relações cotidianas, as relações virtuais colocam as mulheres em uma difícil situação. Se no mundo físico muitas mulheres incorporam as ideias machistas e as reproduzem o mesmo se passa no ambiente virtual, espaços onde são obrigadas a serem exímias administradoras do lar, a ter filhos e todos os estereótipos que são esperados do gênero feminino.

A posição de submissão das mulheres frente à virilidade masculina não é natural, pois construída e tem sido mantida até então pela manutenção do paradigma patriarcalista, o qual se sustenta nos pilares da desigualdade. No espaço virtual, traço marcante da contemporaneidade, por sua vez, também reproduz o contexto social,

¹ A mulher foi escrita e descrita pelos homens, representantes do poderio ocidental que sustenta e é sustentado pelo paradigma do poder do capital gerido pelo homem branco de valores hetero-normativos, razão pela qual aparece menos no espaço público. Nesse aspecto reside a decisão de, no título deste tópico, a palavra é “imposta”, pois, historicamente, as mulheres não escolheram onde estar, desenvolveram-se apenas, dentro do espaço que lhes foi permitido dispor.

cultural e político em relação as mulheres, pois este ambiente é alimentado por indivíduos que estão inseridos nessa sociedade patriarcal e machista, a qual se irradia a partir da fonte do poder dominante do capital.

Isso porque a pessoa alienada pela subjetividade cooperante que o sistema impõe, percebe apenas essa realidade, qual seja, do paradigma reinante. (PENNA; BELO, 2017) Veja-se que sem a configuração de novas identidades não é possível a constituição de novos sujeitos sociais. Tudo está culturalmente simbolizado e interligado. Portanto, fácil constatar que a desigualdade de papéis sociais e o desequilíbrio nas relações de poder, com a estatização da dominação masculina conduzem à violência, mais especificamente a de gênero. “A dominação do gênero feminino pelo masculino é apanágio das relações sociais patriarcais, que costumam ser marcadas (e garantidas) pelo emprego de violência física e/ou psíquica.” (BIANCHINI, 2016, p. 137) Essa violência é mantida e reproduzida, no mais das vezes, pela força do poder econômico, o capital a serviço da opressão.

Essas constatações afastam o tempo de conclusões imaturas e precipitadas. É preciso ter consciência de que o dominado aplica o sistema simbólico do dominador (BOURDIEU, 2005). A vítima social tende a condescender com o agressor, ou seja, aceita e talvez nem perceba a dominação patriarcalista, (MENEGHEL; MUELLER; COLLAZIOL; QUADROS, 2013), eis a relevância em se investir noutro matriz de educação de gênero.

O fato de o dominado reproduzir o sistema de dominação sob o qual se encontra subjogado reafirma uma crítica ao sistema de dominação e fabricação da subjetividade das mulheres nesses moldes depreciativos da sociedade patriarcal. (MORAES, 2015)

O patriarcalismo² é um paradigma, lastreado no imaginário social. Necessário reconhecer a estrutura de formação e manutenção dos paradigmas para então desconstruí-los. Imprescindível a utilização de ferramentas que promovam uma ruptura com os simbolismos que formam esse cenário de dominação masculina e do capital. O patriarcalismo e os seus simbolismos formadores e mantenedores moldam a subjetividade dos indivíduos e conduzem a identificação de uma falsa naturalidade da desigualdade entre os gêneros.

² Neste ponto, importa esclarecer a utilização predominante do termo patriarcalismo em detrimento de patriarcado. Tal escolha se deu motivada pela percepção de que o patriarcado, que se forma no alicerce da desigualdade de gênero, se desenvolve e se mantém pelas mãos da supremacia do poder econômico, onde o capital comanda e domina a política e a cultura. Utiliza-se de estratégias de ocultar de persuasão e convencimento extremamente eficientes, eis que logram êxito na naturalização da desigualdade e colocam a violação aos direitos humanos como imposição pelas necessidades, as quais também são construídas.

A desigualdade de gênero tem raízes profundas e se reproduz todos os dias em todos os setores da vida. Ao intentar a transposição do poder nas relações de gênero, se pretende que haja equidade na vida prática. Para isso, é necessário um conjunto de esforços a curto, médio e longo prazo. Esforços políticos, econômicos e educacionais a fim de cessar a submissão de um gênero a outro e de ambos aos valores do capital.

Como decorrência desse desequilíbrio nas relações de poder, fundado e orientado pelo mercado, surge a violência entre os gêneros como fenômeno produzido historicamente e ocorre quando existe desproporcionalidade nas relações de poder, como as já mencionadas, constituindo hierarquias, visíveis ou não. (MENEGHEL; MUELLER; COLLAZIOL; QUADROS, 2013) O movimento feminista, entre outros aspectos, visibilizou a violência contra a mulher, até então considerada um assunto do âmbito privado e sem relevância, e mostrou que decorre da estrutura de dominação masculina.

A desigualdade de gênero, transcende, portanto, o âmbito privado/doméstico, sua origem não está na vida familiar, mas nas estruturas sociais de forma naturalizada pela influência decisiva do opressor poder do mercado. Tutelar a igualdade de gênero significa enfrentar a violência enraizada em uma cultura sexista que mantém a desigualdade de poder entre os gêneros na base da manutenção do patriarcalismo.

Insuficiente levantar uma causa, lutar por uma demanda. O mundo da vida não é unilateral e os problemas sociais são complexos e surgem de causas múltiplas. Dessa forma, enfrentar a desigualdade de gênero, de modo consciente e sensível, determina uma viragem paradigmática, eis que o objeto deixou de ter somente uma face. A revolução feminista está inacabada (FEDERICI, 2014), a igualdade de gênero impõe que se repense e se planeje políticas públicas transversais, as quais enfrentem o poder dominante do patriarcalismo, que permeia a sociedade com estratégias de persuasão baseadas na naturalização da desigualdade, fragilização dos laços e desprezo ao ambiente, vendidos como entraves ao progresso.

ECOCIDADANIA E ECOFEMINISMO: DA INDISSOCIÁVEL RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E SUSTENTABILIDADE

O mundo atual é uma realidade marcada pelo culto ao consumo, num espaço onde a humanidade adere sistemicamente às ações competitivas. Na sociedade ocidental capitalista o desenvolvimento concebido a partir da perspectiva do crescimento econômico despertou e aprofundou a discussão sobre a complexidade

social. Os fenômenos são multidimensionais, o que corrobora a quantidade de ângulos diferentes que os problemas podem ser encarados.

O crescimento econômico deixou de ser panaceia e auxiliou na transformação do próprio conceito de desenvolvimento. O mercado não pode ser ignorado, pois capaz de provocar mudanças e influenciar opiniões, gerando exclusão e desigualdade. Nesse tom, no século XXI o receio é com a civilização mundial sem identidade. A evolução da identidade cultural e o afastamento da assimilação dominante implicam em dupla estratégia: A comunidade dominada valoriza os traços culturais estigmatizados pela cultura dominante e de outro lado a comunidade dominante deve integrar à sua própria identidade algumas práticas sociais, técnicas e até alguns valores da comunidade dominante, pois, caso contrário, se transformará em gueto ou comunidade folclórica. (LAPIERRE, 2003, p. 135)

As normas pelas quais a sociedade civil funciona influenciam o caráter de seus membros. Aqueles que forem do sexo masculino e possuem propriedade são admirados e invejados como se superiores fossem. Contudo, a grande maioria das pessoas não possui propriedade alguma e numericamente as mulheres são maioria em grande parte dos países do mundo ocidental. (FEDERICI, 2014) Em uma atmosfera em que se acentua o consumo, a não manutenção, e comprar tornou-se esbanjamento o maior prazer talvez reside não em possuir coisas materiais, mas seres vivos, quer sejam pessoas ou a própria natureza.

A natureza do modo ter de existência decorre da natureza da propriedade privada. Nesse modo de existência, tudo o que importa é minha aquisição de propriedade e meu irrestrito direito de manter o adquirido. O modo ter exclui os demais. [...] No modo ter, não há relação viva entre mim e o que tenho. A coisa e eu convertemo-nos em coisas, e eu a tenho porque tenho o poder de fazê-la minha. Mas há também uma relação inversa: ela tem a mim, porque meu sentido de identidade, isto é, de lucidez, repousa em meu possuí-la. A relação é de inércia e não de vida. (FROMM, 1980, p. 88)

A característica central é o sistema de produção em massa sustentado pela procura em massa. Em tempos de escassez uma classe de possuidores depende de uma classe de não possuidores, em era de abundância a classe de possuidores depende de uma classe de possuidores em expansão. A abundância cria possuidores e possuidores de mais. Então o consumo se transforma num deslocamento do epicentro, na principal preocupação daqueles que dirigem o sistema econômico. (CORTINA, 2005)

Diferente do consumo que é uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o consumismo é um atributo da sociedade patriarcal. O

mínimo de consumo é permitido, mas recompensado com popularidade crescente. A partir daí novos ambientes de compra e venda são inaugurados, os investimentos e a publicidade são redirecionados, empoderamento significa poder de compra e acumulação. (MORAES, 2015) A frustração é fenômeno corrente e o ambiente da sociedade consumista estimula a troca de parceiros numa busca que nunca acabada em nome da felicidade prometida que não existe, o que não tem outro propósito a não ser o exercício da competitividade.

O ambiente onde as relações de afeto deveriam se desenvolver foi reconstruído para atender eficientemente as exigências da vida voltada para o consumo, que se desenrola num espaço artificial e superficial. Pessoas e ambiente são fatores prescindíveis. *“Un mundo convertido en el espectáculo de un viaje sin objetivos. Una cultura fascinada por las trivialidades, los simulacros y el consumo de un tiempo sin puntos de referencia.”* (WARAT, 1996, p. 14)

O padrão estabelecido foi o das relações de consumo regidas pelo mercado, as quais são baseadas na produção, consumo e descarte em ritmos frenéticos e infinitos, pois objetivam a composição da felicidade que nunca se alcança. Os sujeitos/consumidores vivem pelo que não têm e o afeto se constrói entre consumidores e os objetos de consumo. As empresas hegemônicas produzem primeiro os consumidores e depois os produtos. Nesse sentido:

Nas condições atuais, o cidadão do lugar pretende instalar-se como cidadão do mundo. A verdade, porém, é que o ‘mundo’ não tem como regular os lugares. Em conseqüência, a expressão cidadão do mundo torna-se um voto, uma promessa, uma possibilidade distante. Como os atores globais eficazes são, em última análise, anti-homem e anticidadão, a possibilidade de existência de um cidadão do mundo é condicionada pelas realidades nacionais. Na verdade, o cidadão só o é (ou não o é) como cidadão de um país. (SANTOS, 2002, p. 135)

Assim, nesse cenário de consumidores do mundo, a busca pela cidadania, ou melhor dizendo, pela ecocidadania, se converte na promoção das condições sob as quais as pessoas possam desfrutar de igualdade de status e de oportunidades. As lutas por cidadania são buscas por reconhecimento e autonomia.

Cidadania, implica hoje, reconhecer as diferenças de gênero, bem como reconhecer a indispensabilidade das cidadãs na identificação das demandas e também na construção e planejamento de políticas públicas. É preciso diferenciar direitos concedidos de sua prática. O discurso jurídico da cidadania é um discurso fundado em bases patriarcais, as quais cederam ao poderio do mercado e subjugar a natureza. (ZIAURRIZ, 2008)

Não existe uma relação linear entre funcionamento formal da democracia e a democratização da sociedade. Somente quando as instituições de exercício do poder político estão abertas as cidadãs e aos cidadãos é que se pode falar em democracia e promoção de direitos humanos. Nesse ponto, há necessidade de se reconhecer a presença feminina na história sociopolítica:

A dominação (ou poder), concebida como a capacidade, atual ou potencial, de impor regularmente a vontade sobre os outros, é relacional: ‘É uma modalidade de vinculação entre sujeitos sociais. É por definição assimétrica, já que é uma relação de desigualdade. [...] Portanto, a articulação desigual – e contraditória – da sociedade em classes sociais, é o grande diferenciador no controle dos recursos de dominação. (ANDRADE, 1993, p. 67)

O momento é de crise discursiva e de práxis. A acumulação de capital corresponde a prestígio e poder. “A questão é que a democracia e o capitalismo estabelecem diferentes sistemas de poder, baseados em valores quase opostos: a igualdade e a ganância.” (AVILÉS, 2005, p.1119) Ao mesmo tempo surge um espaço discursivo de possibilidades para diferentes atores sociais, os quais são excluídos ou discriminados no discurso igualitário e unitário. Esses direitos justificam a luta pela conquista/ampliação da cidadania.

Warat (1994, p. 99) propõe uma nova aposta com a vida baseada em três questões: ecologia, cidadania e subjetividade. Dessa proposta surge a denominação ecocidadania “como referência globalizante de uma resposta emancipatória sustentável, baseada na articulação da subjetividade em estado nascente, da cidadania em estado de mutação e da ecologia no conjunto de suas implicações.” A ecocidadania representa mais que transformação, pois quebra o paradigma vigente até então e inova na ética, estética, política e filosófica profunda. Enfim, é um novo eixo emancipatório para reaprender o mundo através de três objetos de análise: a ecologia, a cidadania e o desejo.

Trata-se de um novo modo de pensar, uma nova matriz, melhor dizendo, um novo paradigma, o qual não se apresenta como uma resposta pronta e imediata, pois resulta de transformações em dimensões paradigmáticas no quadro de sistemas de valores existenciais. Busca comprometer definitivamente mulheres e também homens com a preservação da existência em todas as suas modalidades, bem como supressão de um modelo societário que mantém aceleradas as tendências destrutivas e de exclusão. Veja-se:

La formulazione di un quadro teorico che prende in considerazione l'oppressione delle donne nel contesto di una molteplicità di oppressioni è

dunque, il punto di forza del pensiero ecofeminista; dotato di una coerente teoria dell'oppressione, è in grado di costruire una coerente teoria della liberazione. (BIANCHINI, 2016, p. 25)

A crise socioambiental, registrada pelas lentes do culto ao consumo e da destruição da natureza e das afetividades, tendo a desigualdade de gênero como um de seus suportes principais, ainda é considerada um assunto marginal na vida contemporânea e continua sendo tratada como uma perturbação intempestiva.

Definitivamente, não se trata de uma discussão sobre ecologia e feminismo simplesmente, mas sobre o tudo e o todo, pois refere-se a todas as esferas da existência. (MORAES, 2015) Pretende-se uma articulação diferenciada das ciências e um novo raciocínio baseado na complexidade da relação natureza-sociedade em todas as suas nuances e utilizando como instrumentos a participação social e a resolução horizontal de conflitos.

Na natureza não existe a engrenagem analítica piramidal baseada na hierarquia, mas tão somente redes dentro de redes. A concepção de ecossistema que leva à ecocidadania, entende a vida como uma comunidade de seres conectados reciprocamente. Isso exige repensar tanto as ciências e a própria cultura numa imbricação naturais-sociais, considerando as forças presentes na sociedade. A racionalidade ambiental então, transcende as ciências e traz questão do reconhecimento e da identidade revelando o ecofeminismo. (BIANCHI, 2012)

Pertence à contemporaneidade a percepção da crise socioambiental e a influência da desigualdade de gênero, porém não exige simplesmente estratégias de reordenação do crescimento econômico. Na verdade é muito mais que isso, pois se trata de crise do conhecimento, de crise cultural, as quais abrem caminho para a reconstrução e reconsideração do mundo que se vive (e não em que se vive).

Tradicionalmente, a história tratou o homem, do sexo e do gênero masculino, como protagonista central da vida no universo. Além disso, supervalorizou somente algumas de suas características, baseadas nas percepções do patriarcalismo. A supervalorização da suposta racionalidade humana deu origem a artificialidade da sociedade civil, fundada em uma hierarquia piramidal de poder, que exclui a mulher e o feminino, o que repercutiu para a formação da cultura, a qual, por sua vez, molda os sentimentos e determina os critérios do agir racional. Isto é, *“da un modo di pensare patriarcale che considera la natura separata dalla cultura. Ad essere essenzialista è il*

patriarcato che nel maschile individual'essenza della natura umana.” (BIANCHI, 2012, p. 20)

A vida contemporânea é representada pela velocidade das trocas comerciais, ritmo esse que se impõe a todos os setores da existência cotidiana. A preferência da relação eu-coisas obscurece as relações eu-tu; eu-nós. A fluidez e a liquidez denotam a superficialidade entre as pessoas e tornam utópicas ideias como cidadania e solidariedade.

La modernidad agotó sus sentidos. Eso nos hace sentir vacíos, capturados por El vacío. Lo que llamamos 'transmodernidad' es esse sentido vacío. Una modernidad agotada a la espera de otra sensibilidad (sentidos) organizadora del mundo. Um 'entre-tiempo' únicamente marcado por la huida hacia la nueva mirada que no llegó. (WARAT, 1996, p. 40)

As proclamações de direitos humanos expõem, timidamente, a intenção de lembrar o homo ao sapiens. Mesmo que sejam formuladas reconhecendo a existência de coisas chamadas direitos humanos, são declarações éticas, que exigem que se reconheçam determinados imperativos e indicam que é preciso fazer alguma coisa para concretizar essas liberdades reconhecidas e identificadas por meio desses direitos. Por outro lado, não pretendem que esses direitos humanos já sejam direitos legais estabelecidos, consagrados pelo direito positivo ou pelo direito costumeiro. Entender os direitos humanos em perspectiva ética segue em rumo contrário a entendê-los como exigências legais. (VARGAS, 2008)

Todavia, essas cartas de intenções tem servido à lógica do hiperconsumismo, como promessa paliativa não cumprida. Tratam-se de mecanismos conservadores, os quais legitimam a dominação/submissão, bem como a inevitável exclusão. A sociedade contemporânea prega o ideal de igualdade de gênero e de todas as demais condições. Publiciza-se a igualdade não individualizada porque é preciso para manter a fluidez. Essa unicidade sem identidades, sem diversidade facilita a emissão e a aceitação de comandos, mascarados pela ideia de que se tratam de desejos individuais. (BUTLER, 2011) Assim como a produção em larga escala se desenvolve pela padronização das mercadorias, o processo social da mesma maneira demanda a padronização das pessoas, esta vendida como igualdade.

A situação poderia ser interpretada como irreversível, mas como questão hermenêutica que é não existem respostas certas ou erradas. Portanto, ousa-se dizer que a gravidade da crise socioambiental é o momento adequado para a transformação. “*El feminismo se ocupa de la transformación social de las relaciones de género.*”

(BUTLER, 2010, p. 289) O mudança paradigmática desejada e buscada não contempla espaços de exclusão ou persegue a ideia de evolução, vazia de sentidos e recheada de opressões. Assim:

As bruxas são legião a partir do século XX. E são bruxas que não podem ser queimadas vivas, pois são elas que trazem, pela primeira vez na história do patriarcado, os valores femininos para o mundo masculino. Esta reinserção do feminismo na história, resgatando o prazer, a solidariedade, a não competição, a união com a natureza, talvez seja a única chance que a nossa espécie tenha de continuar viva. (MURARO, 2017, p. 21)

Dessa forma, ecocidadania e ecofeminismo caminham juntos pela natureza, pela vida. Tem-se as condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar a fugacidade e a liquidez da vida e recomeçar. É a oportunidade para a ruptura com o surgimento de novas ações, relações e ideias. Fazer do mundo harmonizado nos moldes do mercado e do poder instituído, um lugar onde as pessoas e as pessoas e o ambiente não são inimigos e nem concorrentes, mas solidários, parceiros.

CONCLUSÃO

A pesquisa em questão apresentou como objetivo geral verificar, se, diante das relações e significações do poder na sociedade patriarcal, a igualdade de gênero é fator determinante para a superação da crise socioambiental e construção de políticas públicas para a sustentabilidade.

Discutiu-se as dimensões e nuances do poder, bem como a orientação do progresso e do desenvolvimento, a sociedade de consumo e a relativização de valores e sentimentos, o desenvolvimento econômico e o poder. Dessas análises pode-se que essas relações são fatores preponderantes para a fragilização dos laços sociais na sociedade patriarcal, a formação dos estereótipos de gênero, a construção e naturalização da desigualdade de gênero. Situação essa agravada pela apropriação levada a efeito pelo mercado das demandas feministas.

Observe-se que a luta feminista inacabada, que pleiteia transformações pela teoria e, sobretudo, pelas atitudes cotidianas, estas provavelmente não tão perfeitas e bem delineadas como a primeira, mas imprescindíveis para a mudança do paradigma cultural; visualiza a sustentabilidade como temática conectada com a natureza sistêmica da vida baseada na conexão, inclusão e reciprocidade nas relações entre os seres vivos.

Entretanto, vivencia-se, na sociedade contemporânea, o apogeu da colonização do conhecimento e a produção de verdades a altos custos monetários e sociais, eis que

se fortalecem as relações de poder que potencializam o afastamento dos seres humanos da natureza e a exclusão social das pessoas a partir de suas diferenças, uma vez que a orientação reside essencialmente no desenvolvimento econômico. Contudo, a finalidade da ciência é a produção de conhecimento, voltado para a promoção de liberdades e capacidades, numa atmosfera de consciência e sensibilidade para as coisas do mundo da vida.

Inicialmente, considera-se que a sustentabilidade e a igualdade de gênero são propostas de mudança radical no paradigma do desenvolvimento, alicerçado na primazia do poder econômico de dominação patriarcal, capazes de inserir a sociedade civil em posição estratégica, deslocando o centro de poder do mercado para espaço público democrático.

Associado a isso o tempo presente é de desordem, o que leva a uma interpretação positiva, pois é estímulo necessário para a transformação. São tempos que precisam reconsiderar a estatização nas relações de poder e afirmar uma pedagogia emancipadora de deliberação sociopolítica, a partir do reconhecimento da diferença como intrínseca à igualdade. Nesses termos é tempo de ecocidadania e ecofeminismo como novos paradigmas.

No cenário complexo de cristalização do poder do mercado e dominação patriarcal, a democracia como instrumento e substância para a mudança. O estudo aponta para políticas públicas transversais e dinâmicas, que reconheçam a desigualdade de gênero como componente determinante no processo de dominação patriarcal do mercado e manutenção de políticas públicas voltadas para a produção e o lucro em desconsideração ao ambiente. Requerem audácia e, sobretudo, sensibilidade para criar novas políticas públicas para a sustentabilidade, as quais perpassam, necessariamente, a formação dos estereótipos de gênero, pois sem igualdade e liberdade não há inclusão, mas dominação.

REFERÊNCIAS

AVILÉS, Maria Del Carmen Barrando. Libertad. In: Tamayo, Juan José. *10 palabras clave sobre derechos humanos*. Estella: Verbo Divino, 2005, p. 77-120.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Cidadania: do direito aos direitos humanos*. São Paulo: Acadêmica, 1993.

BIANCHI, Bruna. Ecofemminismo: il pensiero, i dibattiti, le prospettive. *DEP (deportate, esuli, profughe): Rivista telemática di studi sulla memoria femminile*. Venezia, jully, 2012, p. 1-28.

- BIANCHINI, Alice. *Lei n. 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BUTLER, Judith. *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 2011.
- BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006
- CAIDEN, Gerald; CARAVANTES, Geraldo. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. In: CAIDEN, Gerald; CARAVANTES, Geraldo. (org.) *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.
- CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- FEDERICI, Silvia. *La inacabada revolución feminista: Mujeres, reproducción social y lucha por lo común*. Bogotá: Desde abajo, 2014.
- FROMM, E. *A arte de amar*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FROMM, E. *Ter ou ser?* 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- KUHN, Thomas S.. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de J. Guinsburg. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- KUHN, Thomas S.. *O caminho desde a estrutura*. Tradução de Cesar Mortari. São Paulo: UNESP, 2006.
- LAPIERRE, J.-W. *Qué es ser ciudadano?* Traducción de Sofia Vidaurrazaga Zimmermann. Madrid: Biblioteca Nueva, 2003.
- MENEGHEL, Stela Nazareth; MUELLER, Betânia; COLLAZIOL, Marceli Emer; QUADROS, Maíra Meneghel de. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. vol. 18, n. 3, mar/2013. Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000800015&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2017
- MORAES, Germana de Oliveira. Ecofeminismo e justiça. *Revista Latino-Americana de estudos constitucionais*. Belo Horizonte. N. 17, p. 315-330, jul 2015.
- MURARO, Rose Marie. Introdução. In: KRAEMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras*. Tradução de Paulo Fróes. 28 ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.
- PENNA, Paula Dias Moreira; BELO, Fábio Roberto Rodrigues. Crítica à alteração da Lei Maria da Penha: tutela e responsabilidade. *Revista Psicologia: teoria e pesquisa*. vol. 32, n. 3, ago/2017. Brasília. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000300250&lang=pt. Acesso em: 19 set. 2017

PERROT, Michele. *As Mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de V. Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um caminho sobre as ciências*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SEN, A. *A ideia de justiça*. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VARGAS, Graciela. Enfoque de género y Derechos Humanos en el tema Trata y Tráfico de Personas: Una mirada sócio-histórico-cultural. In: De Isla, Maria de las Mercedes; Demarco, Laura. *Se trata de nosotras: La trata de mujeres y niñas com fines de explotación sexual*. Buenos Aires: Las Juanas, 2008.

WARAT, Luiz Alberto. *Eco-cidadania e direito: alguns aspectos da modernidade, sua decadência e transformação*. Sequência – Florianópolis, Santa Catarina. V. 28, p. 96-110, 1994.

WARAT, L. A. *Por quien cantan las sirenas: Informe sobre eco-ciudadania, gênero y derecho – incidências del barroco en el pensamiento jurídico*. Florianópolis: UNOESC/CPGD UFSC, 1996.

ZIÁURRIZ, Teresa C. Ulloa. La evolución jurídica de la Trata de mujeres y niñas en América Latina y el Caribe. In: De Isla, Maria de las Mercedes; Demarco, Laura. *Se trata de nosotras: La trata de mujeres y niñas com fines de explotación sexual*. Buenos Aires: Las Juanas, 2008.